

UMA BREVE HISTÓRIA DO TEMPO NA LINGUAGEM

A BRIEF HISTORY OF TIME IN LANGUAGE

*Heronides Moura**

RESUMO: Teorias da linguagem necessariamente se defrontam com o fato de que as línguas naturais são, em larga medida, fruto de fatores históricos. O papel atribuído a essa temporalidade pode variar enormemente ao longo das diferentes épocas da cultura ocidental, em função da perspectiva teórica adotada e do estatuto epistemológico atribuído à linguagem.

PALAVRAS-CHAVE: história dos estudos linguísticos; tempo; mudança linguística.

ABSTRACT: Language theories have to cope with the fact that natural languages are, by and large, products of historical facts. The role of temporality varies enormously through different ages of western culture, according to the theoretical approach and the epistemological status attributed to language.

KEYWORDS: history of linguistic studies; time; linguistic change.

* Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, Estado de Santa Catarina, Brasil. Professor, pesquisador do CNPQ. Doutor pela Unicamp. E-mail: heronides@uol.com.br.

UMA BREVE HISTÓRIA DO TEMPO NA LINGUAGEM

Introdução

Este artigo tem por objetivo analisar como o tempo tem sido representado no conceito de linguagem, ao longo de diferentes épocas da cultura ocidental. Este trabalho pretende oferecer um retrato sucinto da construção do conceito de temporalidade em relação à linguagem, traçando, assim, uma breve história do tempo como elemento constitutivo da linguagem.

Teorias da linguagem necessariamente se defrontam com o fato de que as línguas humanas são, em larga medida, fruto de fatores históricos. No entanto, o papel atribuído a essa temporalidade pode variar enormemente, em função da perspectiva teórica adotada e do contexto cultural em que a teoria proposta se situa. A hipótese principal deste artigo é que, ao longo da história do Ocidente, a temporalidade das línguas é percebida ora como marginal, ora como central na constituição da linguagem. As razões para esse papel mais marginal ou mais central do tempo na linguagem variam de acordo com o contexto cultural e o tipo de teoria linguística que se pretende desenvolver. No entanto, apesar da enorme variação de contextos teóricos, o tempo na linguagem ora é ressaltado como fundamental para a definição do conceito de linguagem, ora é relegado a um papel secundário ou a uma condição de epifenômeno.

Sendo uma história sumária de um conceito, este trabalho não pretende (nem poderia) ser exaustivo, e não aborda todas as teorias e autores que li-

daram com a questão do tempo na linguagem. Pretende-se apenas destacar que a questão do tempo é essencial para qualquer tentativa de se estudar a história dos estudos linguísticos.

1. O Crátilo

Vamos começar essa breve história com o diálogo platônico *Crátilo*, que é um dos textos fundadores dos estudos sobre a linguagem na cultura ocidental. O debate central nesse texto é sobre a natureza arbitrária ou convencional dos signos linguísticos. Crátilo, que dá título ao diálogo, é o personagem que defende a posição naturalista e Hermógenes, por sua vez, sustenta a posição oposta, ou seja, a de que a relação entre o signo e sua denotação é inteiramente convencional. Sócrates, depois de uma longa discussão, termina por assumir um naturalismo mitigado, que admite algum grau de convenção (MOURA; CAMBRUSSI, 2008).

Um ponto central para esse debate é a definição do estatuto da linguagem humana. As línguas são parte da natureza (como os animais e os acidentes geográficos, por exemplo) ou são entidades puramente culturais? Se forem entidades culturais, devem ser regidas pela arbitrariedade e pela convenção. Se fizerem parte da natureza, devem se conformar a certos princípios e denotar, por similaridade e não por convenção, a natureza das coisas.

Sócrates assume que a linguagem é parte da natureza, pois ele não deseja cerrar fileiras com os sofistas, para quem os conceitos são frutos da fabricação humana, não refletindo uma natureza imutável que seja exterior aos conceitos.

No tempo dos gregos, a natureza era percebida como imutável. Um cavalo, por exemplo, corresponderia, essencialmente, a uma forma definida da natureza. Essa forma definida, que equivale ao conceito de cavalo, não muda com o tempo, não sofrendo, assim, os efeitos da historicidade. A história afeta as instituições humanas (impérios nascem e morrem, regimes políticos mudam com o tempo). Mas a natureza é imutável, na perspectiva da antiguidade clássica.

A linguagem tem a função de representar as coisas, ou, mais precisamente, as ideias das coisas. Sendo assim, argumenta Sócrates, a linguagem deve se ajustar a essa natureza imutável, reproduzindo as suas formas. Isso faz com que exista o verdadeiro e o falso. O verdadeiro surge quando a palavra se ajusta à coisa, e a sentença exprime uma verdade sobre essa coisa. Um signo que não fosse ajustado à coisa geraria uma proposição falsa. Des-

se modo, o criador de signos “deverá saber formar com os sons e as sílabas o nome por natureza apropriado para cada objeto” (PLATÃO, 2001:154).

A atemporalidade da natureza repercute na linguagem: esta passa a ser entendida, na teoria platônica, como algo que independe do tempo. Se a natureza não muda, a linguagem que é feita para representá-la também não muda com o tempo.

Assim, o texto fundador dos estudos linguísticos no Ocidente reserva um papel muito marginal para o tempo na constituição da linguagem. A função desempenhada pela temporalidade é muito secundária, embora importante para se entender a teoria linguística platônica.

Sócrates argumenta que só os homens judiciosos podem escolher adequadamente as palavras apropriadas às essências das coisas. Estes homens são os criadores de nomes (Sócrates também os chama de legisladores). São sábios que, nos primórdios da história grega, criaram a língua grega, fazendo dela um instrumento perfeito para o uso do retórico e do filósofo. É importante notar, todavia, que essa criação linguística, realizada por uma assembleia de sábios, reinsere a questão da temporalidade: a criação é um fato já distante no passado, mesmo em relação ao período de Sócrates.

Nesse caso, as palavras escolhidas pelos antigos criadores de nomes podem ter se corrompido com o tempo, não restando na época de Sócrates mais do que uma sombra do que algumas delas queriam dizer quando foram criadas. Daí a dificuldade da análise etimológica que Sócrates empreende: muitas palavras se modificaram com o tempo, não sendo mais possível recuperar a intenção dos sábios que as criaram. Portanto, na teoria platônica, o tempo é um elemento corruptor da linguagem, que, no plano ideal da natureza, não deveria ser modificada.

Essa percepção do tempo como algo que corrompe uma linguagem ideal é uma ideia que se faz presente em muitos momentos da cultura ocidental, a partir dos gregos. Note-se também que o tempo é um dos elementos que levam Sócrates a mitigar o naturalismo que ele defende, em oposição ao convencionalismo de Hermógenes. Se o tempo afeta e corrompe a intenção original do criador de nomes, então nem todas as palavras são representações perfeitas das coisas, mas, sim, signos em parte arbitrários, pois sujeitos às contingências da passagem do tempo (Cf. SEDLEY, 2008). Assim, o tempo reintroduz um elemento de arbitrariedade na linguagem.

No entanto, esse elemento de arbitrariedade não é suficiente para recolocar o tempo em uma posição central na percepção da linguagem como uma

entidade que, no plano ideal, permanece imutável. E isso é fundamental para a filosofia platônica: a linguagem é um meio de conhecimento das coisas. Assim como o conhecimento das coisas depende do fato de que uma coisa deve ser igual a si mesma ao longo do tempo, também um signo linguístico deve permanecer constante, de forma a poder representar as coisas (GOR-SKI; MOURA, 2011). Em suma, o conhecimento que a língua propicia só pode ser atingido se a temporalidade, que acarreta mudança, for colocada em segundo plano e se, de certa forma, for controlada pelo estudioso da linguagem.

2. Da Gramática Especulativa ao Renascimento: a história entra em cena

Na Idade Média, várias das preocupações e interesses da Antiguidade Clássica continuaram em voga. A Gramática Especulativa tinha grande força na época medieval (SEUREN, 1998; WEEDWOOD, 2002). Da mesma forma que os gregos, os gramáticos medievais tentavam definir modos de correlação entre três domínios distintos: o mundo real, o pensamento e a linguagem. Supunha-se que esses três domínios compartilhavam estruturas comuns, e que cada um deles representava um tipo de categoria diferente, mas que podiam ser postas em paralelo, com base em analogias estruturais.

Desse modo, as categorias ontológicas do real se espelhavam nas categorias do pensamento, que, por sua vez, se refletiam nas categorias gramaticais. Essa ligação entre realidade, pensamento e linguagem era essencial para os gramáticos medievais. Ela permitia perceber as classes de palavras como representações de estruturas do real. Por exemplo, nomes e pronomes tinham a função de indicar as substâncias, ou seja, as condições estáveis e essenciais dos seres. Esse conceito de substância, originário de Aristóteles, e que deu origem ao termo substantivo, indica não apenas uma categoria do real, mas se projeta também em uma categoria da mente e em uma categoria da linguagem.

Um ponto essencial dessa teoria é que a correlação entre os domínios do real, do mental e do linguístico não muda com o passar do tempo. Ou seja, não só a natureza tem uma estrutura que não muda, mas também o pensamento e a linguagem não se alteram com o passar do tempo. Isso é fácil de entender se pensarmos na herança aristotélica presente na época medieval. Para Aristóteles, assim como para Platão, a natureza era imutável, e na tra-

dição criada por esses dois filósofos, a filosofia é essencialista, voltada para a busca das essências do real (DENNETT, 1996: 39).

Os gramáticos especulativos medievais, ao propor um isomorfismo entre os domínios do real, do mental e do linguístico, levaram essa imutabilidade e esse essencialismo também para a linguagem.

A situação só veio a mudar no fim da Idade Média, e em especial durante o Renascimento. Nesse momento, fatores históricos muito pujantes alteraram a percepção herdada da Antiguidade. As línguas passaram a ser vistas como estruturas sujeitas às intempéries históricas. O latim perdia força e um número enorme de vernáculos passou a ganhar importância na Europa. Criou-se uma situação de verdadeira Babel de línguas (ECO, 2001; BURKE, 2010). Nessa situação histórica, era visível que as línguas nascem e se desenvolvem, como organismos vivos. A velocidade da mudança aumentava a consciência da historicidade das línguas (BURKE, 2010: 35).

Começaram a surgir gramáticas históricas dos vernáculos que passavam a ter o *status* de línguas nacionais e de cultura como o inglês, o espanhol e o português. Duarte Nunes de Leão publicou, em 1606, a obra *Origem da Língua Portuguesa*.

Houve um incremento notável da percepção da mudança linguística e também da competição entre as línguas. O latim entrava em decadência como língua da cultura e era substituído pelos vernáculos, que também competiam entre si. O desenvolvimento das culturas e dos estados nacionais levou a um processo de gramaticalização e de padronização dos vernáculos, em especial a partir do fim do século XVI (AUROUX, 1996:188). As gramáticas dos vernáculos tinham muitas vezes a intenção de mostrar que essas línguas apresentavam regras tão sistemáticas quanto as das línguas clássicas, como o grego e o latim (WEEDWOOD, 2002: 71).

Nessa nova situação, os intelectuais se viram no seguinte dilema: aceitar a enorme variedade de línguas e suas mutações implicava a renúncia a um instrumento universal de conhecimento. A variação e a história das línguas colocaram em questão a capacidade das línguas humanas de representar com perfeição a realidade. Como assegurar que uma língua específica, em meio a tantas outras, era um modo seguro de chegar ao conhecimento das coisas? Com o fim do domínio cultural do latim, a insegurança estava instalada.

O poeta italiano Dante, já no século XIV, argumentava que os vernáculos eram línguas imperfeitas, pois a língua ideal, capaz de refletir a essência das coisas, se perdera (ECO, 2001: 67).

Como reação à Babel das línguas vernáculas na Europa, muitos autores passaram a procurar uma língua universal e perfeita. Essa língua universal poderia ser uma língua artificial ou então alguma das línguas reais.

Houve inúmeras propostas de línguas universais artificiais, desde o Renascimento. Descartes, em carta datada de 20 de novembro de 1629, propõe que uma língua universal deve ser baseada em ideias elementares que possam ser combinadas a fim de formar todas as ideias mais complexas (AUROUX, 1996: 189).

De um modo geral, as línguas universais propostas seguem esse modelo e são constituídas de estruturas conceituais, e não de regras gramaticais. John Wilkins desenvolveu sua proposta na obra *An essay towards a real character and a philosophical language*, de 1668. Apesar de seu esforço conceitual, que o levou a propor uma lista de 2.030 termos primitivos (ECO, 2001: 297), a língua universal de John Wilkins nunca chegou a ser usada como um meio de comunicação.

Essa busca de línguas universais artificiais é uma tentativa de sobrepujar as contingências históricas das línguas naturais, ou seja, é uma forma de colocar em segundo plano a temporalidade que caracteriza a linguagem. Trata-se tanto de buscar uma língua internacional de comunicação, que ocupe o lugar vazio deixado pelo latim, quanto de encontrar um sistema simbólico que propicie um conhecimento perfeito do real, retomando, assim, as tradições platônica e aristotélica.

3. O movimento pendular do tempo: do Racionalismo ao Romantismo

A partir dessa época, a temporalidade parece adquirir um caráter pendular: ora aparece como central na concepção do que é a linguagem; ora se afasta do centro de equilíbrio e passa a ocupar uma posição mais secundária. Minha hipótese é que esse movimento pendular da temporalidade perdura até hoje.

As teorias racionalistas da linguagem, surgidas a partir do século XVII na Europa, tendem a deslocar o tempo na linguagem para uma posição periférica. O que se tenta retratar não é a mutação dos signos ao longo do tempo, mas a estabilidade da relação entre gramática e pensamento (ORLANDI, 1992). Surgem as gramáticas racionais, cujo exemplo mais famoso talvez seja a Gramática de Port-Royal, intitulada *Grammaire générale et raisonnée* (1660).

De acordo com Lyons, o objetivo dessa gramática é “[...] demonstrar que a estrutura da língua é um produto da razão e que as diferentes línguas são apenas variedades de um sistema lógico e racional mais geral” (1979: 17).

Essa tradição racionalista exclui a referência à variação temporal das línguas, propondo sistemas atemporais. A ideia é que haveria regras e combinações estruturais de caráter geral e universal, as quais permitiriam a geração de sentenças gramaticais e com conteúdo semântico discernível.

Esse foco nas regras combinatórias que regem o agrupamento dos signos em sentenças faz com que o tempo seja considerado um epifenômeno. Por exemplo: considere uma regra que transforme uma proposição completa em um adjetivo ou em um sintagma subordinado, como na frase famosa da gramática de Port-Royal: “Deus invisível criou o mundo visível”. Se nos dispomos dessa regra, somos capazes de decompor essa sentença em três proposições elementares: “Deus é invisível”, “o mundo é visível” e “Deus criou o mundo”. Essa passagem da regra combinatória à interpretação do conteúdo de uma sentença é de natureza imutável, porque a regra é supostamente universal e atemporal. Vários outros elementos na linguagem podem mudar, mas não essas regras que ligam pensamento e linguagem, e que servem para estruturar as sentenças.

Por exemplo, a pronúncia das palavras pode mudar com o tempo, novas palavras podem ser criadas, e até mesmo a ordem das palavras pode se alterar em uma dada língua, mas essa relação fundamental de um sintagma com a expressão de um pensamento completo não se altera, pois tal regra estaria ligada a uma operação do pensamento, que é universal.

A tradição racionalista foi seguida por autores tão importantes quanto Leibniz, no século XVIII, Frege, no século XIX, e Chomsky, no século XX. Eles propuseram modelos lógicos baseados em regras combinatórias, cuja natureza eles supunham que fosse universal.

O caso de Chomsky é muito interessante, pois, no início de sua carreira, ele seguia mais de perto a tradição de Port-Royal, buscando regras que pudessem determinar como somos capazes de chegar ao pensamento contido em uma sentença. Ou seja, as regras propostas, em especial as transformações, visavam chegar à estrutura subjacente da sentença, que corresponderia a um pensamento, e não a uma cadeia de signos. Dessa forma, Chomsky, na sua obra *Linguística Cartesiana*, que é de 1966, define a estrutura subjacente como “underlying the actual utterance, a structure that is purely mental, that conveys the semantic content of the sentence” (2009: 81).

Essa ligação entre regras combinatórias e pensamento depois se perdeu no desenvolvimento da gramática gerativa, que passou a sustentar mais rigorosamente a tese da centralidade da sintaxe, recusando qualquer papel ao pensamento na organização das estruturas gramaticais. As propriedades combinatórias da linguagem passaram a ser compreendidas como sendo de natureza exclusivamente sintática. Como afirmam Culicover e Jackendoff: “the combinatorial properties of phonology and semantics are characterized entirely in terms of the way they are derived from syntactic structures” (2005: 17).

No entanto, ao contrário da vertente gerativista, o racionalismo se caracteriza como tentativa de estipular regras combinatórias que permitam a ligação entre pensamento e linguagem. E a postulação dessas regras implica não levar em conta os fatores históricos envolvidos na constituição da linguagem.

Autores pertencentes ao romantismo se rebelaram contra essa exclusão do tempo e da história como elementos constitutivos da linguagem. O movimento pendular a que me referi acima teve seu efeito: o tempo voltou a ser considerado peça essencial da linguagem.

Giambattista Vico (1668-1744) é um dos precursores do movimento romântico. O filósofo italiano se apresentava como uma alternativa ao racionalismo de base cartesiana. Para Descartes, os fenômenos naturais e humanos deveriam ser explicados a partir de princípios gerais, em um processo dedutivo que unificava o saber científico. Para o filósofo francês, todo o conhecimento científico deriva da aplicação de regras dedutivas a partir de ideias claras que constituem as premissas do saber (COSTELLOE, 2008). Para Vico, no entanto, essa visão da ciência não se aplicava ao saber sobre o homem. Línguas, símbolos e culturas devem ser descritas não a partir de princípios gerais abstratos, mas a partir de uma descrição detalhada de como essas realidades simbólicas foram construídas ao longo do tempo. A realidade humana, psicológica ou social, não se enquadrava como objeto do saber, na visão da ciência de Descartes. Como afirma Costelloe (2008), “as Vico had already argued, one consequence and drawback of this hypothetico-deductive method is that it renders phenomena which cannot be expressed logically or mathematically as illusions of one sort or another.” Dessa forma, na perspectiva cartesiana, a historicidade dos sistemas simbólicos não passa de ilusão.

Vico desejava justamente mostrar que é possível fazer uma descrição científica dos sistemas simbólicos usados pelos seres humanos. Para isso,

ele propõe uma combinação de filosofia e filologia (ou o que hoje chamaríamos de linguística histórica). Vico argumenta que os fenômenos humanos podem ser conhecidos somente por meio do estudo de suas causas, ou seja, retrazando as forças e os elementos que conduziram à constituição de um sistema simbólico. O princípio do filósofo italiano é o do *verum ipsum factum* (o verdadeiro é o que está feito), de modo que descobrir a verdade é revelar como um fenômeno chegou a ser constituído (VICO, 1979). Trata-se, portanto, de recontar a história que está por trás dos fenômenos.

O problema é que, ao recusar o método hipotético-dedutivo cartesiano, Vico corria o risco de fazer uma descrição de fenômenos puramente contingentes: uma língua ou uma cultura seriam de tal ou tal forma por puro acaso, em função de uma rede de causalidades não controlada pela ciência.

A originalidade de Vico reside em combinar dois tipos de conhecimento: o que define *o verdadeiro* (que cabe à ciência) e o que define *o certo* (que cabe à filologia). O verdadeiro “is the object of knowledge (scienza) since it is universal and eternal, whereas the latter, related as it is to human consciousness (coscienza), is particular and individuated” (COSTELLOE, 2008). Ao combinar um saber não contingente e não histórico com um saber de natureza histórica, Vico pretende, então, produzir uma descrição viável das realidades humanas, inclusive da linguagem.

É interessante notar que o filósofo italiano faz uso de princípios gerais, mas esses princípios não são regras formais, e, sim, princípios gerais de inteligibilidade. De fato, Vico propõe que as ligações causais entre os fatos humanos são necessárias e não aleatórias (e isso deve ser explicado pela ciência), ao passo que os fatos humanos em si são contingentes e históricos, devendo ser explicados pela filologia. Assim, ciência e história devem ser combinadas para a explicação dos fatos humanos. Portanto, na perspectiva de Vico, a história não só é constitutiva da linguagem, como deve ser também a fonte das descrições que se pode fazer das línguas.

Vico defendia que a linguagem surge e evolui de acordo com as necessidades dos povos. Ele associa a cada época histórica um tipo diferente de linguagem: à idade dos deuses, uma linguagem gestual; à dos heróis, uma linguagem metafórica; e à idade dos homens, uma linguagem articulada.

O filósofo francês Rousseau (1712-1778) também reservava um papel primordial ao tempo histórico na constituição da linguagem, que passa por diferentes fases, as quais variam de acordo com o estado da civilização (MOURA; CAMBRUSSI, 2008). Portanto, as línguas humanas são fruto de

uma longa maturação histórica, e não são redutíveis a sistemas simbólicos universais, como desejava a tradição racionalista.

Rousseau entendia que a gramaticalização e a padronização das línguas, ocorridas na época moderna, não correspondiam a um sinal de evolução, mas, sim, a um controle das capacidades criativas da linguagem, que só se desenvolvem plenamente quando os falantes podem criar e transformar as estruturas da linguagem.

“Tudo isso leva à confirmação do princípio que diz deverem todas as línguas escritas, por um progresso natural, mudar de caráter e perder força, ganhando clareza; que quanto mais se procurar aperfeiçoar a gramática e a lógica, mais se acelerará esse progresso; e que, para tornar uma língua fria e monótona, basta estabelecer academias no seio do povo” (ROUSSEAU, 1987: 173).

Autores como Vico e Rousseau ajudaram a sedimentar a ideologia romântica, que afetou fortemente o século XIX. Naquele século, a historicidade da linguagem passou a ser um ponto central das investigações sobre as línguas, o que levou, em última instância, ao desenvolvimento do método comparativo, o qual estabeleceu, de forma mais científica, a evolução diacrônica das línguas a partir de línguas-mãe (GORSKI; MOURA, 2011: 32).

4. A linguística moderna: o recorte sincrônico faz o tempo parar

Na segunda metade do século XIX, o paradigma romântico já se impusera: a linguagem era vista como um artefato cultural e, como tal, essencialmente histórico. Isso podia conduzir a um determinismo cultural perigoso. Culturas consideradas superiores estariam associadas, na ideologia romântica, a línguas mais perfeitas. Por exemplo, o importante filólogo francês Renan argumentava que as línguas analíticas, como o francês, eram superiores às línguas sintéticas, como muitas línguas africanas, o turco e mesmo o latim.

Ele coloca isso da seguinte maneira: “[...] a marcha das línguas em direção à análise corresponde à marcha do espírito humano em direção a uma reflexão mais clara; essa tendência comum do espírito humano e da linguagem existiu desde o primeiro dia” (RENAN, 1858). Portanto, Renan pressupõe uma linha evolutiva da linguagem, do menos reflexivo para o mais reflexivo, e diferentes línguas se situam em diferentes estágios dessa evolução. Na verdade, essa noção de progresso relativo às línguas é uma forma encoberta de desprezar culturas diferentes, que se exprimem em línguas diferentes.

O mesmo problema pode ser identificado em outro autor importante do Romantismo: Humboldt. De acordo com Seuren (1998: 109), Humboldt sustentava, com sua característica argumentação dialética, que todas as línguas estão em conformidade com uma “gramática universal”, mas ao mesmo tempo as línguas se distinguem na forma como exploram as potencialidades dessa gramática universal.

O problema é que essa exploração das possibilidades linguísticas está ligada às capacidades culturais e intelectuais de um povo. Como afirma Seuren, Humboldt acreditava que “some communities, which excelled in intelligence and creativity, developed sophisticated languages with a great deal of morphological inflection and well determined categories. Other communities delivered inferior linguistic products, due to their inferior intelligence and culture” (1998: 109).

Nesse contexto de forte determinismo cultural, Saussure tenta, no início do século XX, conciliar a visão das línguas como artefato da cultura, com a ideia de sistema, que é um conceito caro aos racionalistas, e que pressupõe uma estabilidade temporal e uma rede complexa de relações puramente sincrônicas.

Nesse contexto, Saussure elaborou o conceito de recorte sincrônico. Este conceito não nega a temporalidade das línguas, mas tenta fazer parar o tempo, a partir da proposição de uma entidade abstrata: o sistema de signos. Dessa forma, o linguista genebrino tentava conciliar o fluxo temporal típico dos artefatos culturais, com um produto imaterial estável e complexo (um estado sincrônico do sistema), que asseguraria a independência epistemológica da ciência linguística. Isso foi uma revolução na época, pois, no auge do período romântico, as línguas eram vistas como objetos em movimento no tempo, e não como máquinas simbólicas, que funcionavam de acordo com certas regras (SEUREN, 2008: 153).

A complexidade do sistema linguístico faz com que ele deva ser estudado fora do tempo, como uma rede de relações sincrônicas; “A multiplicidade dos signos, já invocada para explicar a continuidade da língua, nos impede absolutamente de estudar-lhe, ao mesmo tempo, as relações no tempo e no sistema” (SAUSSURE, s.d.: 96). Ou seja, o tempo é uma variável que deve ser desconsiderada no estudo do sistema, pois ele introduz uma complexidade adicional, que tornaria impossível a análise, segundo Saussure.

A questão é que Saussure considera que o sistema linguístico é uma rede de relações totalmente solidárias entre si, quer dizer, uma depende da outra.

Dessa forma, qualquer pequena mudança em partes do sistema provoca uma relação em cadeia e altera todo o sistema. Assim, a mudança linguística, de natureza diacrônica, deve ficar em suspenso, quando se estuda a complexidade do sistema.

Esse princípio do recorte sincrônico esteve presente em todo o movimento estruturalista, na Europa e nos Estados Unidos. Bloomfield, na sua obra seminal *Language*, cujo original é de 1933, assume que toda forma linguística tem um sentido definido. Essa forma linguística provoca nos interlocutores uma dada resposta comportamental, na perspectiva behaviorista assumida pelo linguista americano.

Mas o que nos importa aqui é a ideia de uma associação fixa entre forma e sentido. Bloomfield argumenta que essa associação pode ser atestada pelo tipo de interlocução que se faz por meio das formas linguísticas. Ele assume como fato que os falantes cooperam de forma sofisticada ao usar a linguagem (e nisso ele é um precursor das ideias de Grice), e pode-se, assim, pressupor que os interlocutores atribuem às formas linguísticas os mesmos valores semânticos, pois de outro modo não haveria cooperação. O recorte sincrônico captura essa estabilidade de valores semânticos.

A mudança semântica acarretada pelo curso da história seria um elemento perturbador dessa estabilidade. Bloomfield afirma expressamente que, ao tentar explicitar as condições da cooperação entre os falantes, o estudioso da linguagem deve desconsiderar as mudanças causadas pelo tempo: “In describing a language, we are concerned primarily with the working of this cooperation at any one time in any one community and not with its occasional failures or with its changes in the course of history” (BLOOMFIELD, 1984: 158).

Isso não significa que Bloomfield recusasse inteiramente as inovações contidas na passagem do tempo. Ao contrário, o capítulo 24 de seu livro *Language* é dedicado às mudanças semânticas, que são abordadas com grande precisão e sensibilidade. Ele chega mesmo a dizer que os falantes criativos e os poetas são capazes de introduzir inovações inesperadas na linguagem (1984: 443). Dessa forma, Bloomfield é sensível à tensão entre sistema linguístico e mudança. Mas ele dá ênfase maior à linguagem como uma série de hábitos, ou seja, como uma série de eventos que se repetem ao longo do tempo: “Every child that is born into a group acquires these habits of speech and response in the first years of his life” (1984: 29).

Essa ideia de sistema como um recorte sincrônico ultrapassou a época do estruturalismo e se fez presente também na teoria gerativa. Nesse sentido,

estruturalismo e gramática gerativa fazem parte de um mesmo campo teórico. No entanto, a grande diferença é que, no estruturalismo, a linguagem é entendida como um artefato social, ou, nos termos de Bloomfield, como uma série de hábitos. Chomsky passa a ver a linguagem como um aparato cognitivo, desenvolvido pela cognição humana, e nesse sentido a linguagem ganha o estatuto de entidade biológica.

Mas aqui chegamos a um impasse. Como Chomsky pode conciliar a ideia de princípios linguísticos estáveis no tempo, com o postulado da natureza biológica da linguagem? Entidades biológicas mudam no tempo; animais e plantas não possuem essências; eles são resultados, sempre mutáveis, do processo de seleção natural (DENNETT, 1996). Se a língua é um produto da biologia, ela não deveria também ter se desenvolvido em conformidade com as pressões da seleção natural, que são de natureza essencialmente histórica?

Chomsky responde a esse questionamento de forma ambígua e com ceticismo:

“É perfeitamente seguro atribuir esse desenvolvimento (da estrutura mental inata) à “seleção natural” desde que percebamos que tal asserção carece de consistência, que ela nada mais é senão uma crença na existência de alguma explicação naturalista para esses fenômenos” (Apud PINKER, 2004: 456).

Quer dizer, Chomsky, ao longo de sua carreira, sempre defendeu a natureza mental e inata da faculdade da linguagem, mas se recusa, ao mesmo tempo, a aceitar uma “explicação naturalista” para a existência dessa faculdade inata... Seria como dizer que a visão humana é uma faculdade inata, mas que não pode receber uma explicação naturalista. Para Pinker (2004), o *design* complexo da linguagem só pode ser explicado se considerarmos que a linguagem evoluiu lentamente e passou por diferentes fases.

A linguagem não nasceu pronta, como resultado aleatório de um estado físico da mente, como parece acreditar Chomsky, mas como o resultado de uma série de fatores históricos e biológicos. A língua, vista agora como capacidade cognitiva, volta a ser percebida como um produto da história.

Vivemos uma época de mudança de paradigma, e o movimento pendular a que me referi parece situar de novo a temporalidade como elemento essencial da linguagem humana. O recorte sincrônico, depois de um longo período de domínio do estruturalismo e da gramática gerativa, não parece mais ser uma alternativa satisfatória.

Conclusão

Tentei mostrar, neste artigo, que o papel do tempo e da história como elementos constitutivos da linguagem varia enormemente, de acordo com o contexto teórico das teorias linguísticas. Esse papel está diretamente ligado ao estatuto epistemológico que se atribui à linguagem humana. Por exemplo, Platão atribuiu à linguagem o estatuto de elemento natural, sendo, como tal, regido por relações estáveis e atemporais. Platão tinha da natureza uma visão essencialista, de modo que a sua visão da linguagem, expressa em *Crátilo*, era também essencialista. Nesse caso, o tempo funcionava apenas como um corruptor das formas essenciais.

Se a linguagem é percebida como um produto social, então o tempo, em tese, deve ser um elemento proeminente da linguagem. Isso de fato ocorreu no Romantismo, quando fatores históricos passaram a definir o conceito de linguagem. As línguas eram concebidas como produtos que existem através do tempo.

Desde Saussure, no entanto, esta natureza social da linguagem passou a coexistir com a noção de que há algo na linguagem que escapa ao fluxo do tempo e que é atemporal por natureza: o estado sincrônico de um sistema. Essa conciliação entre condição de produto social, por um lado, e estado não temporal da linguagem, por outro, se tornou possível por meio do recorte sincrônico que caracterizou o estruturalismo e também a teoria gerativa.

Por fim, a linguagem pode ser considerada um produto da biologia das mentes humanas. Como tal, ela passa a ser submetida às pressões da temporalidade. Ao contrário da natureza platônica, elementos naturais são altamente instáveis e sujeitos a mudanças constantes.

Estamos vivendo um contexto em que as mudanças são concebidas como constitutivas da linguagem (HEINE; KUTEVA, 2007). Nessa perspectiva, o tempo é parte essencial da linguagem. Mas qual é a natureza dessas mudanças? Quais fatores temporais de fato são relevantes?

As respostas para isso ainda são muito variadas. Uma primeira possibilidade é a adotada por Pinker e Bloom (1990): as mudanças linguísticas são essencialmente causadas pelas pressões da seleção natural. Apesar de promissora, essa abordagem ainda carece de maior evidência. O retrato mais amplo, que define a causa inicial de criação da linguagem (ou seja, a linguagem entendida como vantagem adaptativa), parece ser satisfatório, mas os detalhes de como se deu essa pressão não parecem muito claros.

Outra alternativa é considerar apenas as causas linguísticas da mudança, como os processos de gramaticalização. Esta abordagem “relies on regularities in the development of linguistic forms and constructions” (HEINE; KUTEVA, 2007: 21).

Motivações mais amplas para a mudança também devem ser consideradas. Se a linguagem é fruto da história, ela deve refletir as condições ambientais e culturais em que se desenvolveu. Esse tipo de abordagem é elaborada por Bickerton (2009).

Sejam quais forem os fatores considerados, a história é um elemento essencial a ser levado em conta, por mais perturbador que possa ser para as análises linguísticas.

Referências Bibliográficas

AUROUX, Sylvain. *La philosophie du langage*. Paris: Presses Universitaires de France, 1996.

BICKERTON, Derek. *Adam's tongue: how human made language, how language made humans*. New York: Hill and Wang, 2009.

BLOOMFIELD, Leonard. *Language*. Chicago: Chicago University Press, 1984.

BURKE, Peter. *Linguagens e comunidades nos primórdios da Europa Moderna*. Tradução de Cristina Yamagami. São Paulo: Unesp, 2010.

CHOMSKY, Noam. *Cartesian Linguistics*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

CULICOVER, Peter; JACKENDOFF, Ray. *Simpler Syntax*. Oxford: Oxford University Press, 2005.

COSTELLOE, Timothy. 2008. Giambattista Vico. *Stanford Encyclopedia of Philosophy*. Disponível em: <<http://plato.stanford.edu/entries/vico/>>.

ECO, H. *A busca da língua perfeita*. Bauru: Edusc, 2001.

DENNETT, Daniel. *Darwin's dangerous idea: evolution and the meanings of life*. New York: Touchstone, 1996.

GORSKI, Edair; MOURA, Heronides. *Estudos Gramaticais*. Florianópolis: DLLV-UFSC, 2011.

HEINE, Bernd; KUTEVA, Tania. *The genesis of grammar*. Oxford: Oxford University Press, 2007. 419 p.

- LYONS, J. *Introdução à lingüística teórica*. São Paulo: Nacional/Edusp, 1979.
- MOURA, Heronides; CAMBRUSSI, Morgana. *História dos Estudos Linguísticos*. Florianópolis: UFSC, 2008.
- ORLANDI, Eni Pucinelli. *O que é lingüística*. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1992.
- PINKER, Steven. *O instinto da linguagem*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- PINKER, Steven; BLOOM, Paul. Natural language and natural selection. *Behavioral and Brain Sciences*, v. 13, p. 707-727, 1990.
- PLATÃO. *Diálogos*. Teeteto. Crátilo. Belém: UFPA, 2001.
- RENAN, E. *De l'origine du langage*. (Título original, 1858). Disponível em: <<http://gallica.bnf.fr/>>.
- ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Ensaio sobre a origem das línguas*. São Paulo: Nova Cultural, 1987. (Coleção Os Pensadores).
- SAUSSURE, Ferdinand. *Curso de lingüística geral*. 3. ed. Tradução de A. Che lini; J.P. Paes; I. Blikstein. São Paulo: Cultrix, 1971.
- SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de Lingüística Geral*. 11. ed. São Paulo: Cultrix, s/d.
- SEDLEY, David. Plato's Cratylus. *Stanford Encyclopedia of Philosophy*. Disponível em: <<http://plato.stanford.edu/entries/plato-cratylus/>>. Acesso em: 10 mai. 2010.
- SEUREN, P. *Western Linguistics: an historical introduction*. Oxford: Blackwell, 1998.
- VICO, Giambattista. *Princípios de (uma) ciência nova: acerca da natureza comum das nações*. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1979. (Coleção Os Pensadores).
- WEEDWOOD, Bárbara. *História concisa da lingüística*. São Paulo: Parábola, 2002.

Recebido em março 2012
Aceito em abril 2012